

LUZES PARA VOTAR

***Roberto Rodrigues**

Na próxima semana teremos o IX Congresso da Associação Brasileira de Agribusiness, muito esperado este ano em função do processo eleitoral. Preparando-se para este evento, dezenas de entidades representativas das diferentes cadeias produtivas e/ou setores do agronegócio se dispuseram a elaborar um plano de governo que, após intensos debates, foi aprovado pelo Conselho Superior do Agronegócio da FIESP em reunião de 12 de julho.

A partir de um conjunto ambicioso de metas para 2020, o trabalho está centrado no tema atual mais candente: sustentabilidade, com ênfase para a participação do agronegócio brasileiro na mitigação do aquecimento global. Compatibilizar a crescente demanda global por produtos de origem agrícola com a preservação dos recursos naturais foi o grande desafio das instituições comprometidas com o documento.

Metas ambiciosas sim, mas factíveis: crescer, até 2020, 37% na produção de grãos, 38% na de carnes, 78% em cana de açúcar, 37% em papel e celulose; e ornamentando nossas exportações: mais 46% em soja e milho, mais 71% nas carnes, mais 223% em etanol e mais 25% em papel e celulose. O plano prevê a inclusão no mercado de 800 mil pequenos produtores, programas sociais para os agricultores de baixa renda, recuperação de 15 milhões de hectares degradados, controle do desmatamento, pagamentos por serviços ambientais e valorização do agronegócio.

Para atingir estas metas foram estabelecidos 6 pilares:

- garantia de renda ao produtor rural: aqui entram a modernização do crédito rural (com estímulos a práticas conservacionistas e de baixo carbono); a ampliação do seguro rural (com a regulamentação do Fundo de Catástrofe); a solução definitiva das dívidas oriundas dos planos de estabilização; a garantia de preços mínimos corretos; a desoneração da cesta básica; a substituição de insumos importados (simplificando o registro de novas moléculas) e o desenvolvimento do programa de comunicação, imagem e valorização do agronegócio.

- infraestrutura e logística: neste pilar, defende-se a priorização de obras do PAC, ferroviárias, rodoviárias, hidroviárias, portos e redes de armazenagem, compatíveis com as demandas da produção agrícola.

- comércio exterior: aqui se busca o desenvolvimento de sistemas para reduzir barreiras técnicas; o fortalecimento da CAMEX, a promoção comercial do agro; negociações bilaterais e a conclusão da Rodada Doha.

- pesquisa, desenvolvimento e inovação: investir 2% do VBP da agropecuária em PD&I, criação de EPEs, incentivo à novos registros e patentes, mais agroenergia e transferência de tecnologia para países pobres.

- defesa agropecuária: erradicação da aftosa, reequipamento dos laboratórios do MAPA, padronização dos procedimentos nos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, revisão dos riscos toxicológicos,

certificação, suspensão de importação de insumos proibidos e registro de produtos.

- institucionalidade: este pilar é essencial; temos muitos órgãos de governo exercendo poder em temas ligados ao agro, sem coordenação. Não adianta ter uma boa política agrícola se não houver uma estratégia articulada no Governo Federal, sob a liderança do Ministério da Agricultura, que permita o desenvolvimento equilibrado do agronegócio, com respeito às leis, à propriedade e aos contratos, com modernização das legislações do setor, dentro de um alinhamento indispensável ao progresso sócio-econômico-ambiental.

Todos estes temas, aqui superficialmente apresentados, já foram encaminhados às assessorias dos candidatos.

Estes responderão, cada um, a 6 perguntas já formuladas, referentes ao plano. Suas respostas serão apresentadas em vídeo durante o IX Congresso da ABAG, e analisadas, lá mesmo, por especialistas em política e em economia rural.

Desta análise resultará a indicação, aos diferentes elos das cadeias produtivas, de qual dos candidatos estará mais alinhado com o ideário do Agronegócio que é, evidentemente, em benefício do país.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**